



Termo de Referência - PCDF/DGPC/DAG/DAE/SPE

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133/2021
Decreto Distrital nº 44.330/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de **manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos elevadores e plataformas elevatórias** instalados nas dependências da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme locais definidos no Anexo I, compreendendo o fornecimento total de mão de obra e mediante ressarcimento de peças, componentes e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2. O procedimento licitatório será dividido em 04 (quatro) grupos independentes, conforme segue:

GRUPO 01 – Elevadores da marca ATLAS SCHINDLER									
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Máximo Aceitável (Mensal)	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável para 60 meses	Código CATSER
1	1	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 3300 Serviço Contínuo	UND	7	R\$ 619,00	R\$ 4.333,00	R\$ 51.996,00	R\$ 259.980,00	3557
	2	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 3000 Serviço Contínuo	UND	4	R\$ 619,00	R\$ 2.476,00	R\$ 29.712,00	R\$ 148.560,00	
	3	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 5000 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 619,00	R\$ 619,00	R\$ 7.428,00	R\$ 37.140,00	
	13	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: Atlas Schindler Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	12	R\$ 1.513,85	R\$ 18.166,20	R\$ 217.994,40	R\$ 1.089.972,00	
	SUBTOTAL					R\$ 25.594,20	R\$ 307.130,40	R\$ 1.535.652,00	
GRUPO 02 – Elevadores da marca OTIS									
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Máximo Aceitável (Mensal)	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável para 60 meses	Código CATSER

2	4	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS – A-GNL-1310-8ª-MD Serviço Contínuo	UND	3	R\$ 550,58	R\$ 1.651,74	R\$ 19.820,88	R\$ 99.104,40	3557
	5	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS – A - GNL 0910 - 8AMD Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 550,58	R\$ 550,58	R\$ 6.606,96	R\$ 33.034,80	
	14	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	4	R\$ 2.395,42	R\$ 9.581,68	R\$ 114.980,16	R\$ 574.900,80	
	SUBTOTAL					R\$ 11.784,00	R\$ 141.408,00	R\$ 707.040,00	
GRUPO 03 - Elevadores da marca ORONA – CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP									
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Máximo Aceitável (Mensal)	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável para 60 meses	Código CATSER
3 (CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA)	6	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA 3G 1010 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 534,11	R\$ 534,11	R\$ 6.409,32	R\$ 32.046,60	3557
	7	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA 3G 2015 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 534,11	R\$ 534,11	R\$ 6.409,32	R\$ 32.046,60	
	15	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	2	R\$ 1.474,16	R\$ 2.948,32	R\$ 35.379,84	R\$ 176.899,20	
	SUBTOTAL					R\$ 4.016,54	R\$ 48.198,48	R\$ 240.992,40	
GRUPO 04 - Elevadores da marca THYSSEN KRUPP									
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Máximo Aceitável (Mensal)	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável para 60 meses	Código CATSER
	8	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – Home Lift -225 KG Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 563,08	R\$ 563,08	R\$ 6.756,96	R\$ 33.784,80	
	9	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP - Plataforma 250 KG Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 575,58	R\$ 575,58	R\$ 6.906,96	R\$ 34.534,80	

4	10	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – 750 KG Serviço Contínuo	UND	4	R\$ 619,00	R\$ 2.476,00	R\$ 29.712,00	R\$ 148.560,00	3557
	11	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – 600 KG Serviço Contínuo	UND	2	R\$ 879,44	R\$ 1.758,88	R\$ 21.106,56	R\$ 105.532,80	
	12	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – Easy Vertical VEH10 - Plataforma nº TK_202.220_00 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 550,58	R\$ 550,58	R\$ 6.606,96	R\$ 33.034,80	
	16	Manutenção de Elevador Marca: THYSSEN KRUPP Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	9	R\$ 3.281,45	R\$ 29.533,05	R\$ 354.396,60	R\$ 1.771.983,00	
	SUBTOTAL					R\$ 35.457,17	R\$ 425.486,04	R\$ 2.127.430,20	
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 76.851,91	R\$ 922.222,92	R\$ 4.611.114,60		

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. O objeto da presente contratação enquadra-se na classificação de serviço comum de engenharia, por se tratar de serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de adequação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea a), da Lei nº 14.133/21. Trata-se, pois, de conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

1.3.2. Por conseguinte, o serviço de engenharia é classificado como de caráter comum nesta contratação, pois se enquadra como serviço de amplo domínio do mercado sobre as técnicas necessárias para sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

1.3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e do Decreto-DF nº 39.978, de 25 de julho de 2019, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas nos arts. 3º dos aludidos decretos, cuja execução indireta é vedada..

1.3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, doravante denominada CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. Tem a natureza de serviço continuado "sem dedicação de mão de obra", nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, sob regime de empreitada por preço unitário, com ressarcimento de peças, componentes e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e anexos, podendo, portanto, ser contratado por meio de Pregão Eletrônico.

1.4.2. Tendo em vista a habitualidade e essencialidade do serviço, a vigência plurianual se mostra mais vantajosa considerando a necessidade de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente e para manter o funcionamento das atividades finalísticas da CONTRATANTE, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público, e, em última instância, o cumprimento da missão institucional.

1.5. Do prazo de vigência e da prorrogação

1.5.1. O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados até o limite máximo de 10 (dez) anos se houver interesse da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.2. A celebração de um contrato plurianual de manutenção para os elevadores da PCDF se justifica pela necessidade

de garantir a continuidade dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do equipamentos de transporte vertical, assegurando a disponibilidade e o bom funcionamento destes. O contrato plurianual permite a negociação de preços mais vantajosos, a redução da burocracia com processos de contratação frequentes e a implementação de um plano de manutenção mais eficaz, otimizando o ciclo de vida dos equipamentos e reduzindo custos operacionais a longo prazo.

1.6. **Da justificativa para o parcelamento do objeto**

1.6.1. Em observância ao disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o objeto foi parcelado em grupos conforme o fabricante dos equipamentos, considerando a especificidade técnica dos sistemas de transporte vertical e a segmentação existente no mercado de manutenção de elevadores.

1.6.2. Este parcelamento encontra-se em consonância com art. 47 da Lei 14.133/2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

1.6.3. Com a divisão em grupos, é esperada competitividade mais acirrada, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda de economia de escala, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

1.6.4. Assim, foram estabelecidos 04 (quatro) grupos, quais sejam:

- Grupo 01 – Elevadores da marca Atlas Schindler;
- Grupo 02 – Elevadores da marca Otis;
- Grupo 03 - Elevadores da marca Orona;
- Grupo 04 - Elevadores e plataforma elevatória da marca Thyssen Krupp.

1.6.5. Cada grupo contempla atividades inter-relacionadas e, via de regra, executadas por empresas do mesmo ramo de atuação e prestação de serviços terceirizados. Parcelamento adicional não implicaria em ampliação da competitividade e em ganhos econômicos, pois as mesmas licitantes participariam da licitação. Como existem interface e interdependência nos serviços de cada grupo, é preciso acrescentar o fato de que a subdivisão excessiva do objeto criaria sérias dificuldades, assim como para responsabilização por eventuais resultados negativos, descumprimentos contratuais e danos, comprometendo a garantia, o prazo de execução, a qualidade e, conseqüentemente, prejudicando o conjunto do serviço.

1.6.6. Com efeito, lidar com um quantitativo racionalizado de fornecedores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. E mais: o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

1.6.7. Ademais, a Polícia Civil do Distrito Federal, como órgão de segurança pública responsável pela investigação penal e pelas atribuições de polícia judiciária, desenvolve internamente em suas instalações físicas uma série de procedimentos sensíveis, como lavratura de flagrantes, realização de perícias, desenvolvimento de atividades de inteligência, guarda de objetos de crime (inclusive armas e drogas) e custódia de pessoas. Por conseguinte, é preciso preservar o máximo possível a rotina das unidades policiais, que são afetadas por eventuais descompassos na prestação/fornecimento de serviços/produtos por diferentes fornecedores, assim como pelo trânsito de um número crescente de pessoas e funcionários.

1.6.8. Resta claro, portanto, que o formato adotado, com parcelamento em 04 (quatro) grupos, não restringirá a competitividade e permitirá ainda economia de escala e, como resultado final, a solução mais econômica para a Administração.

1.7. **Da justificativa para a não utilização do catálogo de padronização**

1.7.1. Em pesquisa no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, não foram identificados itens com características similares às utilizadas pelos equipamentos contidos no escopo do serviço ora contratado.

1.7.2. Na realidade, atualmente, o catálogo conta apenas com os itens "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar".

1.8. **Da vedação à aquisição de bens de luxo**

1.8.1. Os equipamentos e demais materiais contemplados no escopo do presente serviço não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.9. **Do alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável**

1.10. A presente contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal - PLS-PCDF, criado pela Portaria nº 52, de 19 de maio de 2020, especificamente ao Eixo 3 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho) e

Eixo 5 (Construções Sustentáveis), especificamente por incluir no plano de manutenção os equipamentos adquiridos anteriormente, de acordo com Decreto Distrital nº 39.537/2018.

1.11. **Da classificação do Estudo Técnico Preliminar**

1.12. Não há necessidade de classificar o Estudo Técnico Preliminar que subsidiou a ora pretendida contratação como informação sigilosa, motivo pelo qual este documento passa a fazer parte do presente Termo de Referência como Anexo VII.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **Previsão no Plano Anual de Contratações**

2.1.1. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF para o ano de 2026 no item 12 do Anexo C (Caderno Explicativo de Custeio).

2.1.1.1. O PACC/PCDF está em conformidade com a Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027.

2.2. **Fundamentação legal**

2.2.1. A pretensa contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nº 4.611/2011 e nº 4.770/2012, pelos Decretos Distritais nº 35.592/2014, pela Instrução Normativa nº 5/2017 - MPOG, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto-DF nº 38.934/2018, e pelas demais legislações aplicáveis.

2.3. **Necessidade da Contratação**

2.3.1. Disponibilização permanente de serviços integrados de manutenção corretiva, preditiva e preventiva para os elevadores e plataformas elevatórias da PCDF, a fim de garantir o adequado funcionamento e o bom estado de conservação desses equipamentos, bem como a acessibilidade e segurança dos usuários.

2.4. **Fundamentação**

2.4.1. A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF possui a incumbência, *ressalvada a competência da União, de exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares*, conforme estabelecido na Constituição Federal. Seu Plano Estratégico para os anos 2024 a 2027 (Programa Avançar - 3º Ciclo) apresenta a missão de "*proporcionar segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de polícia judiciária e na promoção da cidadania*" e como visão "*consolidar a credibilidade institucional, firmando-se como instituição policial de referência*".

2.4.2. Para tanto, a PCDF dispõe de unidades orgânicas especializadas em sua estrutura administrativa as quais, em conjunto, visam o alcance das funções essenciais da Instituição. Essas unidades, no âmbito de suas atribuições especificadas na [Resolução Nº 01, do Conselho Superior de Polícia Civil, de 07 de março de 2023](#), buscam continuamente uma atuação mais eficiente, necessitando para tanto, de uma adequação de recursos materiais, humanos e tecnológicos.

2.4.3. As atribuições da Divisão de Arquitetura e Engenharia se encontram relacionadas no Art. 70 da Resolução nº 08, do Conselho Superior de Polícia Civil, de 15 de novembro de 2025:

Art. 70. À Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Departamento de Administração Geral, compete:

I - planejar, dirigir, organizar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades relacionadas a obras e serviços de engenharia;

II - avaliar as necessidades de construção de imóveis para a Polícia Civil do Distrito Federal;

III - zelar pelos bens imóveis da Polícia Civil do Distrito Federal, atentando para sua correta utilização;

IV - vistoriar imóveis próprios ou locados pela Polícia Civil do Distrito Federal, apresentando relatório técnico sobre as necessidades de execução de reparos e manutenções;

V - estabelecer as medidas necessárias para a preservação do meio ambiente nas áreas sob a administração da Polícia Civil do Distrito Federal;

VI - acompanhar a execução dos contratos pertinentes à sua área de atuação;

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

2.4.4. Nesse sentido, a Divisão de Arquitetura e Engenharia - DAE planeja, analisa, coordena, controla, elabora e executa, de forma contínua e rotineira, estudos, projetos de arquitetura e engenharia, orçamentos, fiscalização de obras e manutenção predial das novas edificações da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como realiza reforma, ampliações e manutenções das edificações existentes, visando modernizar a estrutura física da instituição, além de proporcionar conforto e bem-estar aos servidores, colaboradores e demais usuários, tanto no que diz respeito às instalações prediais quanto aos seus adornos.

2.4.5. A manutenção de elevadores e plataformas elevatórias constitui serviço essencial para assegurar o pleno funcionamento desses equipamentos, especialmente em edificações públicas, nas quais a continuidade do serviço é indispensável para o regular desempenho das atividades institucionais da Administração Pública.

2.4.6. No âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, a manutenção adequada desses equipamentos é necessária para garantir condições seguras de uso, prevenir falhas operacionais e reduzir o tempo de indisponibilidade, contribuindo para a preservação da vida útil dos sistemas e para a mitigação de custos decorrentes de reparos emergenciais ou

substituições prematuras de componentes.

2.4.7. A responsabilidade pela conservação e manutenção das edificações e de seus equipamentos encontra respaldo no Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE, instituído pela Lei nº 6.138/2018, que estabelece:

Art. 15. Constitui responsabilidade do proprietário do lote, projeção ou unidade imobiliária autônoma:

[...]

VII – apoiar as providências de manutenção, integridade e preservação das condições de acessibilidade, estabilidade, segurança e salubridade da obra e das edificações.

2.4.8. Adicionalmente, as normas técnicas aplicáveis determinam a necessidade de manutenção periódica desses equipamentos. A ABNT NBR 16083 estabelece que as instalações de elevadores devem ser mantidas em boas condições de funcionamento, conforme as orientações do instalador, mediante manutenção regular destinada a assegurar, especialmente, a segurança da instalação. De forma semelhante, a ABNT NBR 9386-1 dispõe que as plataformas de elevação e seus acessórios devem ser mantidos em adequado estado de funcionamento, recomendando a realização de manutenção periódica.

2.4.9. No âmbito distrital, o Decreto nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei nº 6.138/2018, determina em seu Art. 138 a obrigatoriedade de instalação de, no mínimo, um elevador que atenda aos pavimentos superiores e aos subsolos em edificações com mais de quatro pavimentos.

2.4.10. Por fim, a Lei Distrital nº 2.511, de 30 de dezembro de 1999, institui a obrigatoriedade da inspeção anual de segurança nos elevadores dos prédios comerciais, residenciais e públicos do Distrito Federal.

2.4.11. Sob a perspectiva da acessibilidade, a ABNT NBR 9050 inclui os elevadores no conceito de rota acessível, caracterizando-os como elementos de circulação vertical indispensáveis para garantir deslocamento autônomo, seguro e independente entre os diferentes ambientes da edificação.

2.4.12. Nesse mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

2.4.13. De acordo com o inciso XII do §3º do Art. 123 da Lei nº 6.138/2018, constitui infração grave deixar de garantir a acessibilidade universal em todos os acessos à edificação.

2.5. Das razões de fato

2.5.1. A manutenção dos equipamentos de transporte vertical se relaciona diretamente ao princípio da continuidade do serviço público, uma vez que a indisponibilidade desses sistemas pode comprometer o funcionamento regular das unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, afetando tanto servidores quanto cidadãos que utilizam as dependências do órgão.

2.5.2. No caso concreto, os **Contratos nº 28/2021(64785865) , nº 29/2021 (65820641) e nº 30/2021 (64786289)** encontram-se **vigentes até 07/06/2026** (Processo SEI de nº 0052-000468/2017), sem possibilidade de renovação por já terem atingido o limite legal.

2.5.3. Registra-se que a PCDF não dispõe, em seu quadro de pessoal, de servidores com qualificação técnica específica, habilitação profissional e registro em conselho competente para execução dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias, tampouco possui estrutura técnica e ferramental especializado necessário à adequada execução dessas atividades, razão pela qual resta inviável a execução direta do objeto.

2.5.4. Ressalte-se que a necessidade da contratação não decorre apenas do encerramento dos contratos vigentes, mas da natureza permanente e essencial do serviço de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias, indispensável à continuidade das atividades institucionais e à garantia de segurança e acessibilidade nas edificações da PCDF. O término dos contratos atuais apenas reforça a necessidade de instrução tempestiva do novo procedimento licitatório para a contratação de empresas especializadas para a prestação continuada de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias da PCDF.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição Geral

3.1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de engenharia, adotando como regime de execução a empreitada por preço unitário. A prestação dos serviços prevista será de natureza continuada, tendo em vista sua habitualidade e essencialidade.

3.1.2. A solução consiste na prestação por empresa especializada, de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS** instalados nas dependências da Polícia Civil do Distrito Federal, compreendendo o fornecimento total de mão de obra, e, mediante ressarcimento, de peças, componentes e acessórios.

3.1.3. Considerando as características técnicas dos equipamentos existentes nas unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, a solução adotada contempla a divisão da contratação em grupos por fabricante dos elevadores. Essa segmentação reflete a própria estrutura de atuação do mercado especializado em manutenção de transporte vertical, no qual empresas normalmente possuem expertise específica em determinadas marcas e tecnologias.

3.1.4. Dessa forma, o objeto foi estruturado em 04 (quatro) Grupos:

- Grupo 01 – Elevadores da marca Atlas Schindler;

- Grupo 02 – Elevadores da marca Otis;
- Grupo 03 - Elevadores da marca Orona;
- Grupo 04 - Elevadores e Plataformas Elevatórias da marca Thyssen Krupp.

3.1.5. Os serviços objeto deste documento serão executados por **equipe não residente** disponibilizada pela CONTRATADA, que deve obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação profissional dispostos adiante em item próprio.

3.1.6. Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, suas peças, componentes e acessórios, inclusive de eventuais sistemas de biometria, de propriedade da CONTRATANTE que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos.

3.1.7. Das Definições utilizadas

3.1.7.1. **Manutenção:** é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o elevador em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenções periódicas e corretivas.

3.1.7.2. **Manutenção Preventiva:** é aquela cuja linha de ação é previamente indicada em recomendações dos fabricantes, nas normas técnicas e nas especificações técnicas dos serviços constantes do presente Instrumento, com o objetivo de prevenir a ocorrência de danos e defeitos nos equipamentos, preservando sua eficiência e mantendo-os em perfeito funcionamento. Como exemplos: lubrificações, ajustes, substituição antecipada de peças desgastadas pelo uso, etc.

3.1.7.3. **Manutenção Corretiva Normal:** Uma série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos elevadores, recolocando-os em perfeitas condições de funcionamento, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, seguidos de ajustes, correções e testes de acordo com as normas e as boas práticas.

3.1.7.4. **Manutenção Corretiva Emergencial:** São ações de manutenção corretiva, classificadas como urgentes pelo CONTRATANTE, cujo tempo para atendimento é reduzido, sem acréscimos de valor no contrato, com a finalidade de sanar defeitos apresentados nos equipamentos, que comprometam a segurança de pessoas, dos aparelhos e da edificação, bem como a satisfação de necessidades urgentes do CONTRANTE; e para retirar pessoas eventualmente presas nos elevadores. Caso haja necessidade de substituição de peças, deverá ser dado o mesmo tratamento utilizado para a manutenção corretiva. Este tipo de manutenção poderá ser realizado em qualquer horário e dia da semana.

3.1.8. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

3.1.9. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados.

3.1.10. Caso os serviços não puderem ser executados nos locais de uso, por motivos técnicos, a CONTRATADA retirará os equipamentos, mediante prévia aprovação e avaliação da CONTRATANTE, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.1.11. Ocorrendo o previsto no item anterior, a CONTRATANTE avaliará sobre a necessidade de se substituir imediatamente o componente, de acordo com o uso do equipamento, o tipo de equipamento/peça, facilidade de se ter em estoque ou de se encontrar no mercado. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes apresentando as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus para a CONTRATANTE, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos.

3.1.12. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas conforme cronograma de manutenções preventivas, requisição da CONTRATANTE e através de chamados de emergência.

3.1.13. A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h, além de manter plantão de emergência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.

3.1.14. Fora deste horário, ou dos dias retromencionados, quaisquer serviços deverão ser autorizados pela CONTRATANTE, sem ônus adicional ao regularmente contratado.

3.1.15. O prazo máximo para atendimento das chamadas feitas pelo CONTRATANTE para manutenção corretiva emergencial, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer dia da semana e nos finais de semana, será de até 2 (duas) horas, exceto nos casos de acidentes ou pessoas presas na cabine, em que o prazo máximo de atendimento, após o chamado, será de até 30 (trinta) minutos.

3.1.16. A CONTRATANTE poderá solicitar a presença do técnico fora dos horários e dias definidos, mediante autorização de serviços extraordinários.

3.1.17. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas.

3.1.18. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA.

3.1.19. A CONTRATADA deverá realizar periodicamente análise de óleo para subsidiar intervenções de substituição do fluido utilizado na unidade hidráulica, se for o caso.

3.1.20. A CONTRATADA deverá, ainda, observar os seguintes itens:

- Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.
- Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA; exceto os previstos neste documento.

3.2. Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva

3.2.1. As ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da emissão da ordem de serviço, providenciar TODAS as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo todas as recomendações dos fabricantes e Normas Técnicas. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da CONTRATANTE, de forma a verificar sua adequação.

3.2.2. Estará anexo ao Termo de Referência as ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA com suas respectivas periodicidades.

3.2.3. Além dos próprios elevadores e plataformas elevatórias, suas peças, componentes e acessórios, fazem parte da manutenção todo o cabeamento de ligação destes equipamentos desde o quadro elétrico. Fazem parte, ainda, os quadros de comando, chave reversora e todos os outros itens que forem necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

3.2.4. Quaisquer questões de natureza técnica, atinentes ao processo licitatório, à realização dos serviços, à execução do contrato, ou qualquer outro fato relativo ao presente objeto será decidida em última instância pela Divisão de Arquitetura e Engenharia da PCDF – DAE/PCDF.

3.3. Do fornecimento de Insumos, Equipamentos, Ferramentas, Peças, Componentes e Acessórios

3.3.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os insumos necessários à execução dos serviços, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.

3.3.2. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os equipamentos, ferramentas, assim como produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

3.3.3. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável.

3.3.4. As peças, componentes ou acessórios utilizados nas manutenções corretivas serão ressarcidos à CONTRATADA.

3.3.5. Para o ressarcimento de peças, componentes ou acessórios, deverá ser obedecido o procedimento a seguir:

3.3.5.1. O ressarcimento à CONTRATADA será realizado junto com a fatura mensal dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos, obedecendo as planilhas vigentes de peças dos fabricantes/representantes constantes no Anexo III de TR, **não exaustivas**, após a incidência do percentual de desconto oferecido no pregão.

3.3.5.2. Para obter o ressarcimento referente a itens eventualmente não constantes no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações obtidas junto aos seus fornecedores ou carta de exclusividade de fornecedor exclusivo, para aprovação prévia da CONTRATANTE. Será levada em conta a cotação mínima de mercado e as qualidades técnicas do produto e o desconto oferecido no momento do pregão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos gerais

4.1.1. A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

4.1.2. Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá ter em seus quadros profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado.

4.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o Histórico de Manutenção do elevador, o qual deverá estar disponível à CONTRATANTE, em formato acordado entre ambas as partes, no qual serão reportados todos os fatos ou ocorrências no âmbito da prestação dos serviços que constituirá o objeto desta contratação. Deverá conter no elevador o histórico das manutenções realizadas.

4.1.4. Utilizar apenas peças originais ou genuínas e seguir as recomendações dos fabricantes.

4.2. **Subcontratação**

4.2.1. Não será admitida a subcontratação.

4.3. **Garantia da Contratação**

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação ou celebração de termo aditivo.

4.3.1.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

4.3.2. A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato

4.3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. **Requisitos de Sustentabilidade Ambiental**

4.4.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas no âmbito da PCDF e do Distrito Federal, segundo as seguintes diretrizes:

a) Os materiais básicos empregados pela empresa deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

b) Sempre que haja viabilidade e desde que haja similares no mercado, deverá ser dada preferência a materiais com maior índice de eficiência energética.

c) A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, com vista a analisar se algum desses tem excessivo impacto ambiental, podendo vir a solicitar a vedação de novas compras e instalações desses produtos e materiais para preservar o meio ambiente.

d) A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

e) A empresa deverá retirar, sob orientação da fiscalização, todos os materiais substituídos ou rejeitados durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE, ou descarte, que será de responsabilidade da CONTRATADA.

f) Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas, cabos, restos de óleos e graxas, e outros itens inservíveis, deverão ser adequadamente separados e acondicionados para descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

g) A CONTRATADA deverá estabelecer, conforme orientações da CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética das edificações e de seus equipamentos.

h) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico dos equipamentos mantidos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência.

4.4.2. Além dos critérios de sustentabilidade no âmbito da PCDF e do Distrito Federal, deverão ser atendidos os requisitos:

a) Os materiais empregados nas peças, equipamentos e insumos utilizados na manutenção dos aparelhos deverão priorizar a redução de impacto ambiental;

- b) As peças deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela Administração a fim de atestar se estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;
- c) Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados na execução do serviço;
- d) Caso as peças apresentadas possuam marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante.

4.5. **Requisitos de Sustentabilidade Contratual e Financeira**

4.5.1. Os requisitos de sustentabilidade contratual e financeira devem ser mantidos desde a seleção do fornecedor e durante toda a execução contratual, considerando os seguintes aspectos:

- I - A CONTRATADA deverá apresentar documentos para comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (técnico-profissional e técnico-operacional) conforme exigências contidas no Termo de Referência e Edital da Licitação.
- II - Os profissionais indicados para a efetiva prestação do serviço devem ser devidamente habilitados e capacitados, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, quando for o caso, com anuência e sem ônus para a CONTRATANTE.
- III - Será definido forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, devendo ser empregado Instrumento de Medição de Resultado – IMR, de forma a propiciar a prestação do serviço e o fornecimento de materiais de qualidade.
- IV - O contrato deverá prever que a CONTRATADA forneça garantia aos serviços prestados e aos materiais empregados. Dessa forma, todo serviço não prestado a contento deve ser refeito pela empresa as suas próprias expensas, ficando, ainda, sujeita à aplicação das penalidades contratuais.
- V - Deverá haver fiscalização por parte da CONTRATANTE, consistente no conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos ao reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- VI - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por equipe de fiscalização.
- VII - Na indicação de servidor para compor equipe de fiscalização devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.
- VIII - A fiscalização contemplará Fiscalização Técnica e Fiscalização Administrativa. A Fiscalização Técnica corresponde ao acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado. Todo o serviço deverá ser acompanhado por equipe de fiscalização da CONTRATANTE com relação a todos os aspectos da execução e do resultado final. A Fiscalização Administrativa é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

4.6. **Requisitos de Tratamento de Dados Pessoais**

- 4.6.1. As partes deverão cumprir a Lei n° 13.709 (LGPD), de 14 de agosto de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 4.6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6° da LGPD.
- 4.6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 4.6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 4.6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 4.6.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 4.6.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 4.6.8. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.7. **Requisitos de Sustentabilidade Social**

4.7.1. Por fim, com relação à sustentabilidade social, deverá haver:

- a) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (CF/88, art. 7º, XXXIII);
- b) Vedação ao nepotismo (Decreto Distrital nº 32.751/2011);
- c) Proibição de uso de mão de obra infantil (Lei Distrital nº 5.061/2013);
- d) Publicação no sítio da PCDF e no Portal da Transparência (Lei Distrital nº 5.575/2015)
- e) Cumprimento da legislação de proteção aos excluídos, aos portadores de necessidades especiais, às pessoas com idade acima de quarenta anos, aos trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, aos empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido, aos menores de idade, aos idosos, à mulher, aos apenados, conforme disposto nas Leis Distritais nº 4.079/2008, 3.985/2007, 4.118/2008, 4.766/2012, 4.794/2012 e 5.448/2015 e Decreto Distrital nº 38.365/2017.

4.8. **Transição Contratual**

4.8.1. Os Serviços de Manutenção de Elevadores requerem a promoção de adequada transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.8.2. Essas ações devem ser empreendidas tanto no início da execução dos serviços, obtendo dados e histórico da contratação atualmente vigente, bem como ao final do ciclo, quando sobrevier nova contratação.

4.9. **Requisitos Legais e Técnicos**

4.9.1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente as seguintes leis e normas:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b) Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
- c) Portaria nº 52/PCDF, de 19 de maio de 2020 - Institui o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal.
- d) NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- e) NBR 17.170 - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados.
- f) ABNT NBR 10152 - Níveis de Ruído para Conforto Acústico.
- g) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- h) NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- i) NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinados;
- j) NR 35 - Trabalho em Altura;
- k) ABNT NBR 5.665 - Dimensionamento de elevadores;
- l) ABNT NBR 16.858 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação;
- m) ABNT NBR 16.083 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes - Requisitos para instruções de manutenção;

4.9.2. Todas as outras normas não citadas e que tenham relação com os serviços e materiais a serem fornecidos também deverão ser obedecidas.

4.10. **Vistoria para licitação**

4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.10.2. A vistoria prévia deverá ser agendada com a Divisão de Arquitetura e Engenharia - DAE/DAG/PCDF, em dias úteis, no horário de 14h às 18h, pelos telefones: (61) 3207-4700.

4.10.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.4. A licitante deverá preencher declaração de realização de vistoria conforme modelo a ser anexado ao Edital, assinada pelo responsável técnico da empresa.

4.10.5. A vistoria acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob pena de inabilitação, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos locais e dos serviços, e/ou de que assume total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais/equipamentos de manutenção, e que não apresentará quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão licitante conforme Acórdão nº 295/2008 e nº 3.459/2012 do Tribunal de Contas

da União - TCU.

4.10.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos equipamentos, das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Início da execução dos serviços

5.1.1. A CONTRATANTE convocará a CONTRATADA, em até 1 (um) dia útil após a assinatura do contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas - ora denominada reunião inicial, com o objetivo de:

- a) Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o CONTRATANTE e o PREPOSTO da CONTRATADA;
- b) Definir as providências necessárias para inserção da CONTRATADA no ambiente de prestação dos serviços;
- c) Definir as providências de implantação dos serviços;
- d) Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

5.1.2. Na Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá:

- a) Apresentar seu PREPOSTO;
- b) Apresentar, se possível, sua equipe técnica de Engenheiros que atuará diretamente na prestação dos serviços contratados, com a respectiva documentação de comprovação de atendimento aos perfis exigidos;
- c) Realizar apresentação técnica do seu processo de trabalho e das ferramentas para execução dos serviços contratados.

5.1.3. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a emissão da ordem de serviço.

5.1.4. Havendo necessidade, outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais relevantes, positivas e negativas, serão arquivadas para fins de manutenção do histórico de gestão do contrato.

5.2. Condições de Execução dos Serviços

5.2.1. A CONTRATADA prestará os seguintes serviços à CONTRATANTE:

- a) Grupo 01 – Manutenção e Fornecimento de peças para Elevadores da marca Atlas Schindler;
- b) Grupo 02 – Manutenção e Fornecimento de peças para Elevadores da marca Otis;
- c) Grupo 03 - Manutenção e Fornecimento de peças para Elevadores da marca Orona;
- d) Grupo 04 - Manutenção e Fornecimento de peças para Elevadores e Plataformas Elevatórias da marca Thyssen Krupp.

5.2.2. A CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, pelos serviços objeto deste edital, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.2.2.1. A apresentação da ART de execução da CONTRATADA deve ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

5.2.3. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA em qualquer ocorrência, atos erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas.

5.2.4. Durante a execução dos serviços, quando se fizer necessária e imprescindível a mudança nas especificações ou substituição de materiais, componentes, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá apresentar solicitação escrita, minuciosamente justificada. Essas deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha a prejudicar o funcionamento contínuo dos sistemas. À fiscalização compete decidir a respeito da execução desses serviços. Será por conta da CONTRATADA a retirada, remessa, bem como devolução e posterior reinstalação e/ou recomposição, inclusive serviços complementares.

5.2.5. Caso o serviço de manutenção implique na retirada de equipamento, componente ou peça laboratório ou oficina da CONTRATADA, o seu representante deverá assinar Termo de Responsabilidade sobre bem patrimonial e Relatório Técnico, sem ônus para a PCDF.

5.2.6. A CONTRATADA empregará boa técnica na execução dos serviços com mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

5.2.7. Os serviços serão executados por mão de obra qualificada e deverão obedecer às instruções contidas neste Termo de Referência, no Anexo II, bem como as contidas nas disposições cabíveis das normas e métodos definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5.2.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

- 5.2.9. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.
- 5.2.10. As normas de segurança constantes deste TR e seus anexos não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.
- 5.2.11. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.
- 5.2.12. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva normal e emergencial serão acionados por meio de solicitação de atendimento acompanhada de Ordem de Serviço (OS), nos termos do modelo no Anexo V, por parte do CONTRATANTE, sendo que, para isso, a CONTRATADA deverá disponibilizar número de **telefone e e-mail**, a fim de possibilitar a abertura desses chamados.
- 5.2.12.1. Objetivando a celeridade do atendimento, especialmente em casos de manutenções corretivas em geral, as solicitações serão apresentadas preferencialmente por contato telefônico. As Ordens de Serviço correspondentes serão, posteriormente, encaminhadas por e-mail.
- 5.2.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento telefônico e correio eletrônico específico, para a abertura dos chamados referentes às **manutenções preventivas e corretivas normais**, funcionando, no mínimo, das 8h00 às 19h00, de segunda-feira a sexta-feira, exceto em feriados.
- 5.2.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento telefônico, para a abertura dos chamados referentes às **manutenções corretivas emergenciais**, funcionando 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 5.2.15. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, a cada chamado telefônico efetuado, um número de registro para acompanhamento da solicitação, bem assim o nome do funcionário atendente que o recebeu, e, no caso de ter sido utilizado o correio eletrônico, a CONTRATADA deverá confirmar o recebimento do chamado em, no máximo, 2h (duas horas).
- 5.2.16. Considerando que a execução do contrato se dará de forma descentralizada, com fiscais técnicos distribuídos nas diversas unidades que possuem elevadores, a CONTRATADA deverá, também, enviar e-mail para o gestor do contrato a cada solicitação de serviço aberta, contendo o número de registro específico.
- 5.2.17. Os serviços de **manutenção preventiva e corretiva normal** deverão ser executados no horário compreendido entre 8h e 19h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto em feriados. O CONTRATANTE poderá autorizar a CONTRATADA a ultrapassar o horário das 19h, durante a execução do serviço de manutenção corretiva normal já iniciada, a pedido da CONTRATADA.
- 5.2.18. O serviço de **manutenção corretiva emergencial** deverá ser prestado em tempo integral (24h), em qualquer horário do dia e da noite, 7 (sete) dias por semana, inclusive em dias não úteis, ou seja, incluindo sábados, domingos e feriados.
- 5.2.19. O prazo máximo para atendimento das chamadas feitas pelo CONTRATANTE para **manutenção corretiva emergencial**, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer dia da semana e nos finais de semana, será de até 2 (duas) horas, exceto nos casos de acidentes ou pessoas presas na cabine, em que o prazo máximo de atendimento, após o chamado, será de até 30 (trinta) minutos.
- 5.2.20. A CONTRATADA deverá realizar, quando da execução do serviço mensal de manutenção preventiva e quando da realização das manutenções corretivas em geral, testes de segurança, conforme normas técnicas e a legislação em vigor.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

- 5.3.1. Os serviços serão prestados nas diversas unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, todas localizadas no DF, onde se encontram instalados os equipamentos, conforme Anexo I.
- 5.3.2. Os serviços serão executados no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h, além de manter plantão de emergência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.
- 5.3.2.1. A CONTRATADA deverá estar ciente que parte do trabalho poderá ser executada fora dos horários de expediente regular, incluindo os finais de semana e feriados nos casos de urgência e/ou emergência.

5.4. Manutenção Preventiva:

- 5.4.1. A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente da PCDF. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO através de notificação oficial.
- 5.4.2. A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, conforme Anexo II deste TR. As rotinas apresentadas não são exaustivas, devendo a Contratada avaliá-las e ajustá-las às necessidades da PCDF e às recomendações do fabricante. Essas rotinas e o plano de manutenção, devidamente assinados pelo Engenheiro mecânico responsável técnico, deverão ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e entregues até 30 (trinta) dias a contar da emissão da emissão da ordem de serviço.
- 5.4.3. A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, insumos e transportes necessários para reparar

e/ou substituir as peças dos equipamentos a sofrerem manutenção e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento.

5.4.4. A periodicidade dos serviços de manutenções preventivas será mensal e deverá ter no mínimo 20 (vinte) dias corridos de intervalo entre manutenções no mesmo equipamento.

5.4.5. Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva

5.4.5.1. As rotinas mínimas de manutenção preventiva são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA providenciar TODAS as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo todas as recomendações dos fabricantes e Normas Técnicas. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da CONTRATANTE, de forma a verificar sua adequação.

5.4.5.2. No Anexo II deste TR se encontram as ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA com suas respectivas periodicidades.

5.4.5.3. Além dos próprios elevadores e plataformas elevatórias, suas peças, componentes e acessórios, fazem parte da manutenção todo o cabeamento de ligação destes equipamentos desde o quadro elétrico. Fazem parte ainda os quadros de comando, chave reversora e todos os outros itens que forem necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.4.5.4. Quaisquer questões de natureza técnica, atinentes ao processo licitatório, à realização dos serviços, à execução do contrato, ou qualquer outro fato relativo ao presente objeto será decidida em última instância pela Divisão de Arquitetura e Engenharia da PCDF – DAE/PCDF.

5.5. Manutenção Corretiva:

5.5.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço, Relatório de Avaliação Técnica dos Equipamentos a serem mantidos, impresso e em mídia eletrônica, informando: estado de funcionamento, operacionalidade e integridade de todos os equipamentos, relação de equipamentos ou materiais a serem repostos e cronograma para execução ou estudo das pendências, além de relação dos componentes dos equipamentos/componentes com sua localização, nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação.

5.5.1.1. Deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto dos elevadores, buscando elucidar, junto à FISCALIZAÇÃO, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas. O relatório dessa análise deve ser devidamente assinado pelo Engenheiro Mecânico e conter no mínimo as condições iniciais de todos os equipamentos, o planejamento das trocas e substituições e/ou conserto de peças e insumos que porventura se façam necessárias. O relatório deve apresentar, também, as peças críticas do elevador mais suscetíveis a falhas. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e apresentação de justificativa, que será analisada pela CONTRATANTE, a quem compete recomendar ou não a concessão da prorrogação.

5.5.2. A manutenção corretiva consistirá no atendimento às solicitações da contratante, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação por quebra do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos.

5.5.3. Para cada evento de manutenção corretiva identificado, deverá ser gerada imediatamente uma Ordem de Serviço Corretiva, independente da data de conclusão do serviço.

5.5.4. A **manutenção corretiva pode ser considerada normal ou emergencial**, conforme definido no item 3.1.7.

5.5.5. Para solicitação de **serviços de manutenção corretiva normal e corretiva emergencial** demandadas pelo CONTRATANTE, serão considerados 4 (quatro) níveis de serviços, os quais serão classificados conforme as relações entre os níveis de severidade e respectivos prazos a serem cumpridos, na forma descrita na seguinte Tabela:

Níveis de severidade	Prazo para Atendimento	Prazo para Reparo Sem Peças	Prazo para Reparo Com Peças
MUITO ALTA	30 minutos corridos	10 horas corridas	5 dias corridos
ALTA	2 horas corridas	10 horas corridas	5 dias corridos
MÉDIA	4 horas úteis	18 horas úteis	5 dias úteis
BAIXA	8 horas úteis	24 horas úteis	5 dias úteis

5.5.5.1. Para o disposto acima, consideram-se:

- **NÍVEL DE SEVERIDADE MUITO ALTA:** refere-se às panes no elevador ou em quaisquer elementos de

seu sistema que ocasionem a sua parada total ou outro defeito que mantenha uma ou mais pessoas presas; que envolvam ou possam ocasionar acidentes; que comprometam a segurança de pessoas, dos equipamentos ou da edificação, ou que possam prejudicar a satisfação de necessidades urgentes do CONTRANTE que justifiquem a medida.

- **NÍVEL DE SEVERIDADE ALTA:** refere-se às panes no elevador ou em quaisquer elementos de seu sistema que ocasionem a sua parada total sem pessoas presas ou quaisquer outros problemas que impeçam o seu uso, desde que não estejam relacionados às possibilidades descritas no nível de severidade mais elevado.
- **NÍVEL DE SEVERIDADE MÉDIA:** refere-se a problemas no elevador ou em quaisquer elementos de seu sistema que ocasionem paradas intermitentes, sem impedir o transporte com segurança e sem deixar pessoas presas por qualquer tempo.
- **NÍVEL DE SEVERIDADE BAIXA:** refere-se a problemas no elevador ou em quaisquer elementos de seu sistema de baixo comprometimento de seu funcionamento e que não provoquem as ocorrências descritas nos níveis de severidade mais elevadas.
- **PRAZO PARA ATENDIMENTO:** Tempo decorrido entre a solicitação efetuada pelo CONTRATANTE e o efetivo início da execução do serviço de manutenção corretiva.
- **PRAZO PARA REPARO:** Tempo decorrido entre o fim do “Prazo para Atendimento” - o qual coincide, para efeitos dessa contratação, com o início da execução dos serviços de reparo -, e a efetiva conclusão dos referidos serviços, sendo essa considerada quando do reestabelecimento do pleno estado de funcionamento e da operação normal do equipamento.
- **HORAS ÚTEIS:** horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h.

5.5.6. O **Prazo para Reparo** poderá ser prorrogado pelo CONTRATANTE, após avaliação circunstanciada do Fiscal do Contrato, mediante justificativa técnica da CONTRATADA e aceita pela fiscalização.

5.5.7. A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de **manutenção corretiva com substituição de peças**, equipamentos ou acessórios, o prazo para **reparo e normalização** do sistema será de no **máximo 05 (cinco) dias úteis para manutenções corretivas normais** (níveis de severidade MÉDIA e BAIXA) e no **máximo 05 (cinco) dias corridos para manutenções corretiva emergencial** (níveis de severidade MUITO ALTA e ALTA).

5.5.7.1. A manutenção corretiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, insumos e transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a sofrerem manutenção e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento. Nesse caso, a **CONTRATADA deverá encaminhar no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos da detecção da falha do equipamento o laudo técnico do problema, juntamente com a relação de todas as peças e componentes necessários, para análise, autorização e posterior ressarcimento.**

5.5.8. A CONTRATADA formalizará imediatamente comunicação à CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo, o qual poderá ou não ser aceito.

5.5.9. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico do objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a normalização do funcionamento do sistema.

5.5.10. Não será justificativa da não normalização dos elevadores: imprudência, incompetência ou negligência da CONTRATADA; má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA; falta de insumos; e incapacidade em realizar testes.

5.6. Manutenção Preditiva

5.6.1. A contratada deverá observar e monitorar as condições de operação dos equipamentos, o rendimento operacional, e outros indicadores da condição operativa das máquinas, a partir dos quais será possível determinar o intervalo máximo entre reparos, melhorando a produtividade e qualidade do produto.

5.6.2. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas.

5.6.3. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA.

5.6.4. A CONTRATADA deverá realizar periodicamente análise de óleo para subsidiar intervenções de substituição do fluido utilizado na unidade hidráulica, se for o caso.

5.6.5. A CONTRATADA deverá, ainda, observar os seguintes itens:

5.6.5.1. Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

5.6.5.2. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA; exceto os previstos neste documento.

5.7. Equipe Técnica Mínima Necessária à Execução dos Serviços

5.7.1. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA disponibilizará quantitativo de recursos humanos de seu quadro, no mínimo, nas categorias profissionais constantes abaixo:

5.7.1.1. **PROFISSIONAL TÉCNICO** (Técnico(s) Eletromecânico(s)): Profissional(is) com ensino médio completo ou equivalente, com curso técnico específico em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, para os equipamentos a sofrerem manutenção, com registro no CREA e experiência comprovada em suas respectivas áreas. Realizará atividades de manutenção conforme cronograma a ser apresentado no início do contrato bem como visitas técnicas sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

5.7.1.2. **PROFISSIONAL SUPERVISOR DE MECÂNICA:** Profissional(is) formado(s) em Engenharia Mecânica, com cursos específicos em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, para os equipamentos a sofrerem manutenção, com registro no CREA e experiência comprovada em suas respectivas áreas mediante Certidão de Acervo Técnico. O(s) Engenheiro(s) Mecânico(s) será(ão) o(s) coordenador(es) dos trabalhos. Deverá(ão) realizar uma visita mensal de no mínimo 02 (duas) horas de duração, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, e sempre que o profissional técnico não for capaz de solucionar os problemas existentes ou não tiver habilitação legal para executar determinada atividade sem supervisão ou orientação de engenheiro.

5.7.1.3. **PROFISSIONAL SUPERVISOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO:** Profissional(is), portador de certificado de conclusão de curso, regulamentado de acordo com a Lei Nº 7410, de 27 de novembro de 1985, e com registro no CREA e experiência comprovada em suas respectivas áreas. Deverá(ão) realizar uma visita no início dos trabalhos e a cada 03 (três) meses após a primeira visita. As visitas terão no mínimo 02 (duas) horas de duração e sempre deverá ser apresentado um relatório após a visita e avaliação.

5.7.2. A CONTRATADA deverá manter equipe técnica devidamente habilitada disponibilizando tantos profissionais quantos necessários à execução adequada dos serviços.

5.7.3. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

5.8. Da disponibilização dos Insumos, Equipamentos e Ferramentas necessários

5.8.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os insumos necessários à execução dos serviços, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.

5.8.2. A CONTRATADA deverá possuir um conjunto mínimo de ferramentas, instrumento, aparelhos e equipamentos necessários e compatíveis com a prestação dos serviços de manutenção, disponíveis a qualquer tempo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a guarda e a conservação desses elementos.

5.8.3. Incluem-se entre as ferramentas, instrumentos, aparelhos e equipamentos mínimos necessários ao desenvolvimento dos serviços de manutenção dos elevadores, os seguintes:

- 5.8.3.1. Talha com 3 toneladas de capacidade;
- 5.8.3.2. Relógio comparador com base magnética;
- 5.8.3.3. Micrômetro para medição interna e externa;
- 5.8.3.4. Paquímetro;
- 5.8.3.5. Alicates;
- 5.8.3.6. Amperímetro;
- 5.8.3.7. Aparelho de multiteste;
- 5.8.3.8. Chave inglesa;
- 5.8.3.9. Saca-polia;
- 5.8.3.10. Termômetro a laser;
- 5.8.3.11. Megôhmetro;
- 5.8.3.12. Tacômetro;

5.8.4. Outros elementos não relacionados acima, mas que sejam recomendados pelos fabricantes e em normas técnicas, que contribuam com a eficiência e segurança dos procedimentos de manutenção dos elevadores.

5.8.5. As ferramentas, instrumentos, aparelhos e equipamentos, que a CONTRATADA levar para os locais dos serviços, somente poderão entrar ou sair das dependências do CONTRATANTE de acordo com as regras e procedimentos de segurança internos do PCDF.

5.8.6. Os funcionários da CONTRATADA deverão observar as regras de acesso aos edifícios do CONTRATANTE.

5.8.7. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

5.8.8. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável.

5.9. Do fornecimento de Peças, Componentes e Acessórios novos para substituição

5.9.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral serão prestados com o fornecimento de peças, componentes e acessórios a cargo da CONTRATADA, cujos custos serão ressarcidos pela CONTRATANTE por meio do item 2 (dois) de cada Grupo.

5.9.2. Sempre que houver indicação técnica, deverá ser realizada a substituição de peças defeituosas que estejam impedindo ou dificultando o perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.9.3. A substituição de peças, componentes ou acessórios deverá ser feita pela CONTRATADA, mediante prévia comprovação da necessidade, cuja justificativa deverá ser assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA e autorizada pela CONTRATANTE. Caso seja necessário, a CONTRATANTE poderá exigir laudo ou parecer técnico dos equipamentos que sofrerem substituição de peças ou serviços.

5.9.4. A CONTRATANTE deverá ser comunicada pela CONTRATADA quando da substituição de peças, componentes ou acessórios, que poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.

5.9.5. Caso a CONTRATANTE constata qualquer irregularidade decorrente de culpa da CONTRATADA, tais como negligência, imprudência ou imperícia, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, todos os custos serão arcados pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

5.9.6. Para o ressarcimento de peças, componentes ou acessórios deverá ser obedecido o procedimento a seguir:

5.9.6.1. O ressarcimento à CONTRATADA será realizado junto com a fatura mensal dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos, obedecendo as planilhas vigentes de peças dos fabricantes/representantes, como as apresentadas no ANEXO III, após a incidência do percentual de desconto oferecido no pregão.

5.9.6.2. Para obter o ressarcimento referente a itens eventualmente não constantes no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações obtidas junto aos seus fornecedores para aprovação prévia da CONTRATANTE. Será levada em conta a cotação mínima de mercado e as qualidades técnicas do produto e o desconto oferecido no momento do pregão.

5.9.6.3. Caso a CONTRATANTE discorde do menor preço obtido pela CONTRATADA, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à CONTRATADA para que a mesma forneça, de imediato, e pelo menor preço encontrado, as peças, componentes e acessórios necessários.

5.9.7. Todas as peças e componentes empregados em substituições deverão ser novos de primeiro uso e originais de acordo com as especificações do fabricante do elevador, ter garantia mínima de 90 (noventa) dias ou, no caso de peças e componentes ainda com garantia de fábrica, o período que for determinado pelo fabricante, quando este tiver vigência maior.

5.9.8. Não serão aceitos itens de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha”, ou seja, que não é mais fabricado, ou comprovada a equivalência técnica de outra marca, o que, necessariamente, deverá ser comprovado através de testes e ensaios previstos por normas a serem submetidos à análise e aceite prévios da CONTRATANTE.

5.9.9. Durante o período de garantia das peças, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.9.10. Todos os itens a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da CONTRATANTE.

5.9.11. Na substituição de peças e componentes avariados, a contratada não poderá empregar elementos reciclados ou remanufaturados, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar quaisquer materiais, equipamentos ou produtos que apresentem essas características.

5.9.12. Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos itens a serem utilizados ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela CONTRATANTE.

5.9.13. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do seu fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

5.9.14. Para o ressarcimento, em caso de fornecimento de peças, componentes e acessórios, a CONTRADA deverá encaminhar nota fiscal com os valores dos itens, fornecidos, não computando os custos referentes à mão de obra, juntamente com o pedido de ressarcimento. Além desses documentos, a CONTRATADA já deverá ter encaminhado anteriormente os 03 (três) orçamentos do material ou a Carta de Exclusividade, com cópia de nota fiscal de uma venda do material já realizada. A Nota fiscal será atestada pela CONTRATANTE após a realização da substituição dos materiais e restabelecimento do funcionamento normal dos equipamentos que se encontravam em manutenção, mediante vistoria da CONTRATANTE, e encaminhada para pagamento.

5.9.15. Os procedimentos e documentação necessários para o reembolso da CONTRATADA poderão ser alterados e

adequados de acordo com os novos procedimentos adotados pela CONTRATANTE, devendo este informar a CONTRATADA das alterações ocorridas.

5.9.16. As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser apresentadas ao CONTRATANTE, juntamente com a embalagem da peça nova aplicada, para o controle do procedimento.

5.9.17. As peças defeituosas trocadas na manutenção não poderão ser recondicionadas ou reutilizadas para qualquer outro fim e deverão ser devidamente acondicionadas em embalagem apropriada e descartadas pela CONTRATADA de forma adequada, em atendimento à Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

5.10. **Da garantia dos Serviços e do fornecimento de Peças, Componentes e Acessórios**

5.10.1. O prazo de garantia dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral, executados durante a vigência contratual é de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de conclusão desses serviços, independentemente da natureza do defeito apresentado. Caso a CONTRATADA tenha oferecido prazo de garantia maior em sua proposta, este será adotado.

5.10.2. O prazo de garantia das peças fornecidas a cargo da CONTRATADA deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir de sua instalação, salvo quando o período de garantia disponível oferecido pelo fabricante for maior, situação em que este último será adotado.

5.10.3. O prazo para a correção dos serviços e para substituição de peças que apresentarem defeitos durante o prazo de garantia estabelecido no presente tópico será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação emitida pelo CONTRATANTE.

5.10.4. A CONTRATADA obriga-se a garantir os serviços prestados e peças fornecidas dentro de seus prazos de garantia conceituados no presente tópico e aceitos pela CONTRATADA, mesmo que a contagem desses prazos se estenda para além da vigência contratual, tendo em vista tratar-se de obrigação legal (art. 119 e 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021) e contratual de reparação pelas falhas imputadas na execução do objeto, baseando-se na obrigação de correção, segurança, durabilidade e de qualidade assumidas pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta e quando da assinatura do contrato.

5.11. **Dos Relatórios**

5.11.1. Para **cada visita técnica realizada pela CONTRATADA, seja para execução de serviços de manutenção preventiva ou corretiva normal ou emergencial**, deverá ser entregue por e-mail ao CONTRATANTE, no prazo de **2 (dois) dias úteis** após a conclusão do procedimento, **Relatório Técnico**, assinado pelo Técnico da CONTRATADA que executou o serviço, o qual deve ser atestado pelo Fiscal do contrato ou Servidor Autorizado que tenha recebido o serviço (em caso de o fiscal não estar presente no momento da finalização), contendo informações acerca das intervenções executadas e das próximas ações a serem realizadas, quando necessárias, bem o número de registro da solicitação que originou a demanda, data e horário de abertura e início do atendimento do chamado, bem como data e horário da finalização do atendimento. A não entrega desse Relatório no prazo indicado sujeitará a CONTRATADA a descontos na Nota Fiscal do período, com base nos indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), Anexo VI deste TR.

5.11.2. Até o **quinto dia corrido do mês subsequente** ao mês de referência, ou seja, no prazo de cinco dias após o encerramento de cada mês comercial, **junto à Nota Fiscal de prestação dos serviços**, deverá ser apresentado **Relatório Geral de Manutenção** consolidado, assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, contendo a relação de serviços executados no referido mês, bem como a discriminação qualitativa e quantitativa desses serviços. A não entrega desse Relatório juntamente com a Nota Fiscal impedirá o andamento dos procedimentos de pagamento.

5.11.2.1. Esse relatório deve conter todos os serviços prestados, contemplando todas as rotinas de manutenção verificadas, peças, componentes e acessórios danificados, gastos ou defeituosos substituídos com respectivo laudo técnico para justificar a substituição de cada componente e a discriminação do defeito, insumos utilizados, descrição de procedimentos detalhados de testes, descrição de outras intervenções não programadas nos equipamentos, regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias além do cronograma de intervenções previstas para o mês subsequente.

5.11.2.2. Deve conter ainda todas as informações necessárias para subsidiar a aferição dos Indicadores do IMR, como por exemplo, relação dos chamados feitos no período, o número de registro da solicitação, data e horário de abertura, início e finalização do atendimento, bem como anexar todos os Relatórios Técnicos dos serviços prestados no período, devidamente assinados pelos Técnicos da CONTRATADA que executaram os serviços e pelo Fiscal do contrato ou Servidor Autorizado que tenha recebido o serviço (em caso de o fiscal não estar presente no momento da finalização).

5.11.2.3. Esse relatório deverá ser assinado e rubricado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA e encaminhado à CONTRATANTE até o 5º dia do mês subsequente ao mês referente aos serviços prestados.

5.11.3. Todos os relatórios e documentos técnicos abordados no presente documento deverão abranger o máximo de itens relacionados abaixo, quando pertinentes, além de outros quaisquer que a CONTRATADA julgar necessário:

- a) Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório.
- b) Número de registro da solicitação, data e horário de abertura do chamado, início e finalização do atendimento.
- c) Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados no mês, bem como falhas de testes, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos.
- d) Relação de peças, componentes e acessórios substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações.
- e) Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo

de início.

- f) Leitura e análise dos instrumentos de medida antes e depois dos serviços preventivos e dos testes.
- g) Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia ou água e picos de consumo de energia ou de água.
- h) Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução da CONTRATANTE.
- i) Acidentes de trabalho porventura ocorridos.
- j) Estudos e levantamentos realizados.
- k) Informações sobre a situação dos equipamentos, indicando deficiências.
- l) Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada.
- m) Relação de peças, componentes e acessórios necessários para conclusão de serviços.
- n) Comunicação acerca de Fiscalização/autuação de órgãos externos.
- o) Gráficos.

5.11.4. Manter arquivadas cópias de todos os relatórios técnicos de que trata este documento.

5.12. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.12.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.12.1.1. As obrigações constantes nos dispositivos elencados neste instrumento;
- 5.12.1.2. Os anexos que complementam este Termo de Referência.

5.12.2. A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS** instalados nas dependências da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme locais definidos no Anexo I, com ressarcimento de peças, componentes e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

5.12.3. As **manutenções preventivas** serão realizadas **01 (uma) vez ao mês**, totalizando 12 (doze) visitas anuais.

5.12.4. As **manutenções corretivas** poderão ser realizadas nas visitas programadas destinadas à manutenção preventiva, mas deverão ser executadas sempre que identificada necessidade pelo técnico da contratada ou por manifestação dos fiscais designados pela Administração.

5.12.5. O objeto da licitação tem a natureza de serviço contínuo "sem dedicação de mão de obra", nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, sob regime de empreitada por preço global, com ressarcimento de peças, componentes e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, podendo, portanto, ser contratado por meio de Pregão Eletrônico.

5.12.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h, além de manter plantão de emergência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.

5.12.7. O serviço deverá ser realizado por profissional qualificado, com capacidade e conhecimento técnico nessa área de serviço;

5.12.8. Para o dimensionamento da proposta deverá ser observado o quantitativo de equipamentos **em uso**, conforme Anexo I.

5.12.9. Para a elaboração das propostas deverá ser considerado que os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

5.13. Da Fiscalização do Contrato

5.13.1. O objeto contratado será fiscalizado pelo gestor/fiscal designado pela autoridade competente, ficando a CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

5.13.2. Ao gestor/fiscal do contrato caberá examinar todos os materiais recebidos e decidir sobre sua aceitação ou rejeição. Este somente atestará e liberará a nota fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas por meio do Termo de Referência e da proposta da empresa vencedora.

6. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na modalidade **pregão**, sob a forma **eletrônica**.

6.1.2. O critério de julgamento será o **maior desconto** sobre o preço global estimado pela Administração para cada GRUPO, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens.

6.1.2.1. Tal critério evita uma tentativa de "jogo de planilha" pela empresa licitante no momento da elaboração da

proposta, quando eventualmente vislumbram a possibilidade de aditivos em itens específicos, evita a possibilidade de abandono da execução do serviço, quando a empresa contratada oferta pouco desconto nos itens iniciais e muito nos itens finais do serviço, bem como facilita a execução do contrato, já que quando da celebração de aditivos contratuais não há a necessidade de verificação pelos executores de alteração do desconto médio da proposta, gerando a necessidade de aplicação de parcelas compensatórias para reestabelecer o desconto médio global.

6.1.2.2. Ademais, o referido critério proporciona o menor dispêndio para a Administração, assim como o critério de menor preço, conforme bem pontuado no Art. 34 da Lei 14.133/21.

6.2. Do regime de execução

6.2.1. Considerando que o projeto do serviço em questão permite definir com razoável precisão as quantidades estimadas dos serviços a serem executados, conforme entendimento do Acórdão nº 1.977/2013 – TCU Plenário, a contratação poderia, em tese, admitir o regime de empreitada por preço global.

6.2.2. Entretanto, tendo em vista que o fornecimento de peças, componentes e acessórios ocorrerá mediante ressarcimento e que não é possível prever com precisão os quantitativos que poderão ser demandados ao longo da execução contratual, opta-se pela adoção do **regime de execução por empreitada por preço unitário**, o qual se mostra mais adequado para permitir a medição dos serviços efetivamente prestados e assegurar maior equilíbrio e controle na execução contratual.

6.3. Critérios de aceitabilidade de preços

6.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o percentual de desconto sobre o preço global do Grupo estimado pela Administração.

6.3.2. As propostas serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade, ou seja, conforme o maior desconto sobre o preço global do Grupo estimado pela Administração, em ordem decrescente.

6.3.3. Considerando o disposto no § 3º do art. 59 da Lei nº 14.133/21 e § 4º do art. 122 do Decreto nº 44330/23, serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem percentual de desconto superior a 25% sobre o valor orçado pela Administração (o que equivale a valores globais inferiores a 75% do valor orçado pela Administração).

6.3.4. A licitante deverá levar em conta que o percentual de desconto apresentado na proposta deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado.

6.3.5. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que não apresentar desconto sobre o preço global estimado pela Administração ou apresentar desconto negativo, simbólico, de valor zero ou irrisório.

6.3.6. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

6.4. Exigências de habilitação

6.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014);
- e) Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal-SEEC/DF, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.economia.df.gov.br (inteligência do art. 173, da LODF);
- f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

6.4.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

I - as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

II - a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG);

III - as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o serviço cotado constante do Anexo II, quando solicitado.

6.4.1.4. **Qualificação Técnica**

1. **Capacidade técnico-operacional**

a) prova do registro ou inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação;

b) caso a empresa vencedora do certame possua sede em outra Unidade da Federação, deverá apresentar, ainda, visto do CREA do Distrito Federal no momento da assinatura do contrato;

c) 01 (um) ou mais atestado(s), declaração ou certidão de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (que não a própria licitante ou sócio), que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação a dizer, serviços de manutenção de elevador;

d) O atestado ou declaração apresentado deverá comprovar a execução de serviços de manutenção de elevadores por período mínimo de 24 meses, nas quantidades:

- **Grupo 1 - 6 elevadores (representam 50% do total de 12 unidades, do objeto da contratação);**
- **Grupo 2 - 2 elevadores (representam 50% do total de 4 unidades, do objeto da contratação);**
- **Grupo 3 - 1 elevador (representa 50% do total de 2 unidades, do objeto da contratação); e**
- **Grupo 4 - 4 elevadores/plataforma elevatória (representam 44,44% do total de 9 unidades, do objeto da contratação).**

e) A capacidade técnico-operacional da licitante deverá ser comprovada por:

1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-operacional em nome da licitante acompanhado(s) de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidão de Acervo Técnico - CAT, devidamente registradas/expedidas no CREA, da região onde os serviços foram executados, do profissional que foi responsável técnico pelos serviços. A ART ou CAT devem conter expressa referência a serviços prestados à empresa;

2. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-operacional em nome da licitante acompanhado(s) de Certidão de Acervo Operacional - CAO, devidamente registradas/expedidas no conselho profissional competente, da região onde os serviços foram executados.

f) Os quantitativos apresentados correspondem a no máximo 50% (cinquenta por cento) do total a ser executado no futuro contrato;

g) A comprovação de capacidade técnica-operacional para serviços independentes pode ocorrer pela apresentação de atestados independentes (Decisão nº 6.050/2015-TCDF); e

h) Será admitido o somatório de atestados para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para a habilitação técnica, considerando o disposto no item II-b da Decisão nº 4.281/2013.

2. **Capacidade técnico-profissional**

a) Comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente profissional(is) de nível superior, engenheiro, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

b) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica do(s) profissional(is) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região

onde os serviços foram executados, comprovando ter(em) o(s) profissional(is) executado, para pessoa jurídica de direito público ou privado, que não o próprio licitante (CNPJ diferente) ou sócio:

- **Execução de serviços de manutenção de elevadores.**

c) A comprovação de vínculo do profissional com o licitante, que poderá ser feita quando da assinatura do contrato, não necessariamente na fase de habilitação (Decisão 5.582/2010-TCDF e 1755/2017-TCDF), se dará mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;
2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;
4. Declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.
5. Registro da empresa no CREA, em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico.

d) Na hipótese de apresentação de atestado ou certidão em favor de consórcio, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão a indicação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

e) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

f) Com o intuito de tornar mais célere a análise pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, deverão ser destacados (grifados), nos atestados apresentados, os itens correspondentes às solicitações de qualificação técnica previstas no Edital.

g) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, ambos serão inabilitados, exceto para o item de potencial subcontratação.

h) A licitante deverá indicar o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução do objeto desta licitação.

i) Nos termos do parágrafo 6º do artigo 67 da Lei nº 14.133/21, os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

j) Deverá ser apresentada declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

k) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

l) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

m) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

6.5. Apresentação da proposta

6.5.1. A proposta comercial, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa, deverá conter **obrigatoriamente**, sob pena de desclassificação:

- I - O desconto ofertado em percentual em relação ao orçamento estimado pela PCDF; e
- II - A descrição detalhada do objeto.

6.5.2. As propostas deverão conter os seguintes documentos:

- I - Número do CNPJ/MF;
- II - Número de telefone e *e-mail*;
- III - Identificação da conta bancária, nome, código, agência e número da conta;
- IV - Nome, RG, CPF, endereço e telefone da pessoa que irá assinar o contrato com o Distrito Federal, por

intermédio da Polícia Civil;

V - Preços em Real (Unitário e Total) para cada subitem que compõe os itens, de acordo com a Planilha Orçamentária para Preenchimento (Anexo IV), devendo constar os itens da contratação, bem como a Tabela de Peças de Peças dos Fabricantes/Representantes (Anexo III), ajustada ao desconto proposto, os quais serão fixos, escritos em algarismo, dos quais constem apenas duas casas após a vírgula, e por extenso, pelo qual a licitante se proporá a executar o serviço, onde estarão incluídos:

1. despesas e adicionais pertinentes;
2. administração, uniforme, material, mão-de-obra, transporte, alimentação, ferramentas e equipamentos;
3. encargos trabalhistas e sociais;
4. impostos, tributos, taxas, licenças e alvará de construção;
5. tudo o mais que for necessário à completa execução do serviço;

6.5.3. Os documentos exigidos acima, quando aplicáveis, deverão ser apresentados devidamente ajustados ao valor do desconto declarado na proposta.

6.5.4. A Carta Proposta será em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

6.5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5.6. Caso os prazos definidos neste Termo de Referência não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pela Contratada.

6.5.7. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no Termo de Referência, Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantidades e de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

6.5.8. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.6. Do tratamento preferencial

6.6.1. Do empate ficto - Direito de preferência

6.6.1.1. Considerando que o valor estimado da presente contratação é inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) - receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 155/2016, que altera a Lei Complementar nº 123) -, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte (Lei nº 14.133/21, art. 4º, § 1º, II).

6.6.1.2. Nos termos do disposto no art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021, as entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte que desejarem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração específica de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.6.1.3. Serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dos arts. 20 a 22 da Lei Distrital nº 4.611/2011.

6.6.1.4. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao maior desconto (Lei Complementar nº 123, art. 44, § 2º).

6.6.1.5. As formas de desempate, proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.7. Do tratamento favorecido e diferenciado

6.7.1. É certo que a legislação determina a concessão de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, conforme previsto no art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 26, da Lei Distrital nº 4.611/2011.

6.7.2. Todavia, a própria legislação estabelece exceções à aplicação dessas medidas, desde que devidamente justificadas pela Administração. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

6.7.3. Assim, o referido dispositivo permite à Administração afastar a aplicação das medidas previstas nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando demonstrado que sua adoção comprometeria a vantajosidade da contratação ou a adequada execução do objeto.

6.7.4. No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços especializados de engenharia para manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos elevadores da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, atividade que envolve sistemas eletromecânicos complexos e dispositivos de segurança destinados ao transporte vertical de pessoas.

6.7.5. O objeto já foi parcelado no limite máximo técnica e economicamente viável, mediante divisão por fabricante — Atlas Schindler, Otis, Orona e ThyssenKrupp — com o objetivo de ampliar a competitividade sem prejuízo à unidade técnica da execução contratual.

6.7.5.1. Adicionalmente, registra-se que o parcelamento da contratação foi realizado no limite máximo técnica e economicamente viável, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido estruturado por grupos de fabricantes, de modo a preservar a lógica técnica da manutenção dos equipamentos e ampliar a competitividade do certame.

6.7.6. Ressalta-se que os elevadores constituem-se de sistemas eletromecânicos, nos quais existem diversos componentes específicos e inter-relacionados. Assim sendo, cada marca projeta seu sistema com suas peculiaridade e especificidades, não havendo, portanto possibilidade de intercambialidade de peças entre marcas distintas. Logo, por conclusão, entende-se que o parcelamento da contratação por grupos de marcas específicas seria o critério mais lógico e eficiente, consequentemente, mais vantajoso.

6.7.7. Nesse contexto, eventual subdivisão adicional dos grupos já estabelecidos, com a instituição de cota reservada, resultaria em fragmentação excessiva do objeto, com a divisão de equipamentos da mesma marca e, em alguns casos, localizados no mesmo prédio. Tal situação poderia comprometer a centralização da responsabilidade técnica, o planejamento integrado das manutenções e a padronização dos procedimentos operacionais. Ademais, resultaria em aumento da complexidade administrativa, com maior número de contratos a serem geridos, além de reduzir a economia de escala decorrente da estruturação atual da contratação.

6.7.8. Dessa forma, entende-se que a adoção de **cota reservada não se mostra vantajosa para a Administração e pode representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto contratado**, enquadrando-se, portanto, na exceção prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.7.8.1. É importante ressaltar que a vantajosidade de que trata a previsão no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 não é apenas financeira, trata-se, também, da busca pela melhor contratação possível para o atingimento do fim público.

6.7.9. Não obstante, a despeito da inexistência de plausibilidade na inserção de cota reservada nos termos justificados acima, com o objetivo de incentivar a participação e o desenvolvimento dos pequenos negócios nas contratações públicas, e em atendimento ao disposto no art. 25 da Lei nº 4.611, de 2021, **o Grupo 3 da contratação será destinado à participação exclusiva das entidades preferenciais**, pois que seu valor anual estimado é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

6.7.10. A Lei nº 4.611/2021 dispõe:

Art. 25. Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

6.7.11. O Decreto nº 8.538/2015, por sua vez, diz (grifo nosso):

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens ou lotes de licitação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

6.7.12. As entidades preferenciais são consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011, em conformidade com o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. (atualizada pela LC nº 147/2014).

6.7.12.1. Nos termos do disposto no art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021, as entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte que desejarem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração específica de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública nos quais os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.7.13. Subcontratação Compulsória

6.7.13.1. Considerando **a inexistência de parcelas passíveis de subcontratação, não será adotada a subcontratação compulsória** para o serviço em questão.

6.8. Da participação de empresas em consórcio

6.8.1. No presente certame licitatório, será **vedada a participação de consórcios**.

6.8.2. No entender dos técnicos da Divisão de Arquitetura e Engenharia, o objeto da contratação é comum do ponto de vista da engenharia, não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, não contemplando serviços que empresas isoladamente não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

6.8.3. Portanto, considerado o exposto acima, para a presente contratação, não se entende que não permitir a participação de consórcios possa significar risco à competitividade ou à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Pelo contrário, a admissão poderia implicar em dificuldade de gestão do serviço e possivelmente gerar atrasos no cronograma de execução.

6.9. Da participação de cooperativas

6.9.1. No presente certame licitatório, será **vedada a participação de cooperativas**, pela natureza do serviço.

6.9.2. Serviços de engenharia se caracterizam por uma forte subordinação, nos mais diversos níveis profissionais, seja de natureza técnica ou administrativa. Há um responsável técnico que responde sobre todas as atividades relacionadas aos serviços pertinentes. Ele é responsável pela gestão operacional do serviço, pela contratação dos demais postos de trabalho, como engenheiros, técnicos, operários, pelo cronograma, pela logística de suprimentos, dentre várias outras atribuições. Nota-se, claramente, que há evidente relação jurídica entre os operários e a Contratada.

6.9.3. Cabe destacar, também, que a habitualidade é intrínseca às necessidades práticas para execução da empreitada, o que impõe essa caracterização na relação dos funcionários e da respectiva Contratada para o tipo de serviço em tela. Observa-se que o trabalho deve ser prestado com habitualidade, posto que aquele que presta serviços eventualmente não é empregado.

6.9.4. Usualmente, no mercado de serviços de engenharia, o empregado é sempre uma pessoa física determinada, com a qual as empresas celebram contratos de trabalho, não podendo se fazer substituir por outra pessoa, sob pena do vínculo empregatício ser estabelecida com a última. Em outras palavras, a pessoalidade é característica nas relações empregatícias das empresas do ramo de serviços de engenharia no mais amplo espectro.

6.9.5. Desta feita, em consonância com a Súmula 281 do TCU, não se pode admitir a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A Planilha Orçamentária (161859741) foi elaborada considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 14.133/21, no parágrafo 2º do artigo 85 e artigo 93 do Decreto Distrital 44.330/23.

7.2. Em conformidade com a Lei 14.133/215, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330/23, a estimativa de preço foi elaborada por meio de preços públicos referentes a contratações similares, de propostas comerciais (solicitadas mediante e-mail), do Painel de Mapa de Preço de Nota Fiscal Eletrônica do Distrito Federal (onde não se obteve êxito na totalidade dos itens), em observância e cumprimento às regras contidas no art. 98 do Decreto nº 44.330/2023.

7.3. Foi anexado aos autos o Mapa de Cotação de Preços (197395176), elaborado com base em outras fontes de pesquisa de preços, considerando a inexistência de composições ou insumos correspondentes no SINAPI aplicáveis aos serviços objeto da presente contratação.

7.4. Do preço global de referência

7.4.1. Foi elaborado preço de referência, cujos totais estão apresentados na tabela a seguir:

PLANILHA RESUMO POR GRUPO - Data base 30/03/2026					
DESCRIÇÃO	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 3 (Grupo Exclusivo para entidades preferenciais)	GRUPO 04	TOTAL CONTRATAÇÃO
SERVIÇO MANUTENÇÃO	R\$ 89.136,00	R\$ 26.427,84	12.818,64	71.089,44	199.471,92
MATERIAL (FORNECIMENTO PEÇAS)	R\$ 217.994,40	R\$ 114.980,16	35.379,84	354.396,60	722.751,00
VALOR TOTAL 12 MESES	R\$ 307.130,40	R\$ 141.408,00	R\$ 48.198,48	R\$ 425.486,04	922.222,92
VALOR TOTAL 60 MESES	R\$ 1.535.652,00	R\$ 707.040,00	R\$ 240.992,40	R\$ 2.127.430,20	4.611.114,60
PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL GERAL	33%	15%	5%	46%	100,00%

7.4.2. O custo estimado total da contratação para o decorrer de 5 (cinco) anos será de **R\$4.611.114,60 (quatro milhões, seiscentos e onze mil cento e quatorze reais e sessenta centavos)**, conforme Planilha Orçamentária (161859741) e o Mapa de cotação e pesquisa de preços (197395176), elaborados para definição dos valores de referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a PCDF e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A PCDF poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato, a PCDF convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição

dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. **Preposto**

8.6.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

8.6.2. O contratado deverá manter preposto da empresa no local de execução do objeto sempre que houver a realização de intervenções nos equipamentos, para fins de acompanhamento, supervisão e interface com a fiscalização do contrato.

8.6.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

8.7. **Rotinas de Fiscalização**

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.8. **Fiscalização Técnica**

8.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a PCDF.

8.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.8.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.8.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

8.8.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

8.9. **Fiscalização Administrativa**

8.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. **Gestor do Contrato**

8.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

8.10.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.10.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.10.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.10.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.10.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

8.11. **Das obrigações da contratante**

8.11.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto.

8.11.2. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato.

8.11.3. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.11.3.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.11.3.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.11.3.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.11.3.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.11.4. Exercer a fiscalização da execução do serviço e atestar o recebimento do objeto que estiver em conformidade com a descrição do edital.

8.11.5. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

8.11.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

8.11.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, para a execução do serviço.

8.11.8. Realizar toda a comunicação necessária e pertinente com os usuários do local afeto ao objeto do contrato, com vistas a programar a liberação de espaços e a coordenar a execução do serviço com as rotinas de trabalho.

8.11.9. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.

8.11.10. Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado e/ou material/equipamento de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para o saneamento.

8.11.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

8.11.12. Avaliar os relatórios técnicos dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviços previstos;

8.11.13. Aprovar a substituição de peças proposta pelo Técnico da CONTRATADA, exigindo a devida justificativa em Relatório Técnico.

8.11.14. Informar à Contratada, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

8.12. **Das obrigações da contratada**

8.12.1. Implantar adequadamente o plano de manutenção, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz.

8.12.2. Informar à Contratante, no ato de assinatura do contrato, os meios de comunicações disponíveis para comunicação com o preposto da empresa.

8.12.3. Providenciar, para o início dos serviços, os seguintes documentos:

8.12.3.1. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART de todos os Responsáveis Técnicos do serviço;

8.12.3.2. Garantia contratual, com validade durante todo o período de vigência do contrato; e

8.12.3.3. Relação de funcionários que realizarão os serviços, contendo nome e número da carteira de identidade, assim como a indicação do(s) preposto(s).

8.12.4. Submeter à avaliação da CONTRATANTE, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer

razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços.

8.12.5. Quando da substituição de responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, apresentando-a à CONTRATANTE.

8.12.6. Manter os equipamentos constantes do objeto deste documento em bom estado de funcionamento, eficiência e limpeza, mediante manutenções preventiva, preditiva e corretiva, utilizando, quando necessário, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas com os dizeres “EM MANUTENÇÃO”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas.

8.12.7. Executar os serviços objeto do contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE.

8.12.8. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

8.12.9. Cumprir os prazos estipulados pela CONTRATANTE. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação à CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pela CONTRATANTE.

8.12.10. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do Contrato, uma vez que a CONTRATADA procedeu à minuciosa vistoria executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, ou apresentou declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos equipamentos e dos serviços, de modo a não ter incorrido em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

8.12.11. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito da CONTRATANTE. Os casos não abordados serão definidos pela CONTRATANTE, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

8.12.12. Encaminhar à CONTRATANTE, em 05 (cinco) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço, a relação dos empregados que executarão os serviços, bem como a comprovação da formação exigida neste documento, podendo a CONTRATANTE impugnar aqueles que não preencherem as condições técnicas necessárias.

8.12.12.1. A relação dos empregados deverá conter: nome completo, número do documento de identidade, foto, função, endereço residencial, telefone para contato, tipo sanguíneo e fator RH. A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada.

8.12.12.2. Sempre que houver mudança na equipe, a CONTRATANTE deverá ser notificada por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo da CONTRATANTE, que verificará se todas as exigências curriculares contratuais foram cumpridas.

8.12.13. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir, às suas expensas, os serviços que a CONTRATANTE julgar insatisfatórios, sendo a garantia dos serviços de no mínimo 01 (um) ano, e a garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA a do fabricante das peças.

8.12.14. Responsabilizar-se totalmente por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços.

8.12.15. Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços, conforme dispõe o § 4º do Artigo 140 da Lei Nº 14133/2021.

8.12.16. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO ou outro órgão designado pela CONTRATANTE.

8.12.16.1. Testar as instalações na presença de representante da CONTRATANTE sempre que for solicitado.

I - Testar as instalações que sofreram manutenção corretiva.

8.12.17. Efetuar as correções normais de eficiência do funcionamento dos equipamentos, sempre que as inspeções ou testes indicarem modificações de parâmetros técnicos de qualquer um deles.

8.12.18. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

8.12.19. Compatibilizar dentro do horário de expediente os serviços de manutenção preventiva com as solicitações e necessidades de manutenção corretiva.

8.12.20. Realizar, por meio do fabricante ou empresa devidamente autorizada pelo fabricante, serviços que a CONTRATANTE julgar necessário, com as devidas correções dos problemas identificados nos equipamentos constantes deste documento, em conformidade com o manual dos equipamentos, no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

8.12.21. Solicitar autorização da CONTRATANTE caso os serviços impliquem na paralisação de equipamentos por período superior a 01 (uma) hora.

8.12.22. Atender a quaisquer serviços de emergência nos equipamentos, a critério da CONTRATANTE, mesmo que resulte em acréscimo de pessoal ou material, ainda que fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

8.12.23. Os serviços que exigirem a paralisação dos equipamentos deverão ser executados em horário que não dificulte o

desempenho das atividades da CONTRATANTE, inclusive se necessário aos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente.

8.12.24. Solicitar autorização da CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato.

8.12.24.1. Enviar listagem com nome dos profissionais, número das respectivas carteiras de identidade e locais onde irão realizar os trabalhos.

8.12.24.2. Fazer o pedido por escrito em até 04 (quatro) horas antes do final do expediente da CONTRATANTE.

8.12.25. Seguir criteriosamente as manutenções preventivas periódicas de acordo com os manuais técnicos do fabricante dos equipamentos e observações recomendadas pela CONTRATANTE de modo a manter a padronização, originalidade e operacionalidade dos equipamentos.

8.12.26. Comunicar à CONTRATANTE o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos equipamentos objeto do contrato.

8.12.27. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de itens inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.12.28. Atender às instruções da CONTRATANTE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

8.12.29. Atender com a máxima presteza as solicitações para correção de falhas, mau funcionamento e defeitos nos equipamentos objeto do presente documento.

8.12.30. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e componentes dos equipamentos descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso a reposição/ressarcimento não seja realizada dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva para si o direito de descontar o valor respectivo da fatura do mês.

8.12.30.1. Nesta situação, todas as peças deverão ser originais e substituídas pela fornecedora dos equipamentos e, se necessário, para não perder a garantia, substituída por técnicos especializados credenciados pelo fabricante.

8.12.31. Assumir, caso execute serviços que resultem a perda da garantia oferecida a qualquer equipamento, durante o período remanescente da garantia, todo o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

8.12.32. Responsabilizar-se por sujeiras e/ou danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado, marcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais.

8.12.33. Atender a serviços eventuais e essenciais ao bom funcionamento dos equipamentos, a critério do CONTRATANTE, adaptações e pequenas modificações nas instalações existentes (exemplo: serviços de soldagem, recuperação de pequenos componentes, etc), mesmo que resulte em acréscimo de pessoal ou material.

8.12.34. Permitir livre acesso aos representantes da CONTRATANTE e toda pessoa autorizada por ela aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes ao contrato.

8.12.35. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

8.12.35.1. Assim estiver previsto e determinado no contrato.

8.12.35.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;

8.12.35.3. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da CONTRATANTE, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes.

8.12.35.4. A CONTRATANTE assim o determinar ou autorizar por escrito.

8.12.35.5. Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual ou coletiva.

8.12.36. Comunicar, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes dos equipamentos relacionados com o contrato, como seria o caso do desaparecimento de componentes ou substituição por duas vezes seguidas de um determinado componente no mesmo local num período inferior a um mês.

8.12.37. Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.12.38. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.

8.12.39. Considerar o(s) Engenheiro(s) Mecânico(s) como seu(s) preposto(s) que será responsável por coordenar os trabalhos e gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades:

8.12.39.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados.

8.12.39.2. Manter os funcionários, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal e segurança, trajando uniforme, portando crachá de identificação em local visível com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

- 8.12.39.3. Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos, promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso.
- 8.12.39.4. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados.
- 8.12.39.5. Estar sempre em contato com a CONTRATANTE.
- 8.12.39.6. Gerenciar, planejar e controlar o estoque de insumos, ferramentas e equipamentos da CONTRATADA de forma que os serviços de manutenção não sofram interrupções.
- 8.12.39.7. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas da CONTRATANTE.
- 8.12.39.8. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança.
- 8.12.39.9. Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim.
- 8.12.39.10. Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a CONTRATADA ou a CONTRATANTE.
- 8.12.39.11. Manter a CONTRATANTE sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas.
- 8.12.39.12. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço ou visitantes da casa, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto a CONTRATANTE.
- 8.12.39.13. Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações da CONTRATANTE, de acordo com as necessidades dos serviços.
- 8.12.39.14. Promover substituição de insumos, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços.
- 8.12.39.15. Fiscalizar a apresentação e a atualização dos relatórios de acompanhamento da manutenção e da operação dos elevadores, que deverá ser mantido sempre em sua versão mais recente.
- 8.12.39.16. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados.
- 8.12.40. Comunicar por escrito a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços.
- 8.12.41. Exigir que seus empregados cumpram com pontualidade o horário de prestação dos serviços, observando as disposições que forem baixadas pela CONTRATANTE sobre o assunto.
- 8.12.42. Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para a CONTRATANTE. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial.
- 8.12.42.1. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número a CONTRATANTE imediatamente.
- 8.12.43. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE para restabelecer o funcionamento dos elevadores paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos indicados no item 5.5.5.
- 8.12.44. Apresentar à CONTRATANTE, no primeiro dia útil de cada mês, as datas e horários previstos para realização da manutenção preventiva para cada equipamento, separadamente.
- 8.12.45. Fornecer, sem repassar os custos para seus empregados, exceto nos casos previstos em Lei ou Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:
- 8.12.45.1. Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço.
- 8.12.45.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23.) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (arts. 166 e 167), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los.
- 8.12.45.3. Crachás de identificação com fotografia.
- 8.12.45.4. Insumos, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.
- 8.12.46. A CONTRATADA deverá manter, em seu estabelecimento mais próximo do local em que estejam instalados os elevadores, serviço de atendimento de chamadas emergenciais.
- 8.12.47. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório durante o período de vigência contratual.
- 8.12.48. A Contratada deverá remover quaisquer entulhos eventualmente gerados na execução dos serviços.
- 8.12.49. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, salvo a parcela formalmente definida no Termo de Referência, nos termos da lei.

8.12.50. Caberá à Contratada executar fielmente o objeto do presente Contrato na mais perfeita conformidade, comunicando imediatamente à Contratante, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência.

8.12.51. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.12.52. A Contratante fica autorizada a descontar, da garantia prestada ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.12.53. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.

8.12.54. É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Gestão e Comunicação do Contrato

9.1.1. Participarão da gestão do contrato os seguintes atores: **Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato.**

9.1.2. O meio prioritário de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE será por Ofício, Ordem de Serviços - OS, e-mail e serviços de mensagens instantâneas, sendo admitidos secundariamente, e, em casos de emergência, contato telefônico.

9.2. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo VI deste Termo de Referência, devendo, nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, haver a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, sempre que a CONTRATADA:

I - não produziu os resultados acordados;

II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.2. Os índices operacionais que serão objeto de análise mensal para aferição da performance operacional serão:

9.2.2.1. Prazo de atendimento dos chamados;

9.2.2.2. Atendimento ao cronograma de manutenção preventiva;

9.2.2.3. Atendimento às obrigações contratuais.

9.2.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.2.5. O fiscal técnico deverá anexar a planilha de cálculo do IMR aos documentos que acompanham cada medição e apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

9.2.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.2.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.2.8. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.3. Medição dos Serviços

9.3.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando o mês comercial.

9.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o encerramento do período de medição, a CONTRATADA deverá apresentar:

I - Relatório Geral de Manutenção, contendo as atividades preventivas e corretivas realizadas;

II - Documentação comprobatória da execução dos serviços;

III - Demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

9.3.3. A medição considerará os resultados do IMR, podendo haver redimensionamento dos valores a serem pagos.

9.4. **Do Recebimento Provisório**

9.4.1. O objeto da contratação será recebido provisoriamente mediante declaração formal de que os serviços foram prestados, para posterior análise das conformidades.

9.4.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

9.4.3.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.4.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

9.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

9.5. **Do Recebimento Definitivo**

9.5.1. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.5.1.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.5.1.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.5.1.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

9.5.2. Caso haja irregularidades, a CONTRATADA será notificada para correção, suspendendo-se o prazo para conclusão do recebimento definitivo.

9.5.3. Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas neste Termo de Referência, a CONTRATANTE lavrará relatório circunstanciado dirigido ao Departamento de Administração Geral - DAG/PCDF, que adotará as medidas cabíveis.

9.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

9.6. **Liquidação da Despesa**

9.6.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo do objeto contratual,

nos termos abaixo.

9.6.1.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, ou seja, no prazo de cinco dias após o encerramento de cada mês comercial, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, incluindo o **Relatório Geral de Manutenção** (especificado no *Modelo de Gestão do Contrato - Relatórios, deste TR*);

9.6.1.2. Ao final de cada ciclo de faturamento, que corresponderá ao mês comercial, a CONTRATADA apresentará o Relatório Geral de Manutenção das manutenções realizadas, bem como a Nota Fiscal da manutenção preventiva realizada e das eventuais manutenções corretivas;

9.6.1.3. A CONTRATADA também apresentará, a cada faturamento, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.6.1.4. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.6.1.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.6.1.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.6.1.7. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.6.1.8. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

9.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.2.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.6.3. A Administração realizará consultas ao SICAF, STC/GDF, CEIS/CGU e ao CNJ (condenações cíveis por atos de Impropriedade Administrativa) para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.6.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.6.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6.7. Quando o CONTRATADO não providenciar o reforço da garantia ou não revalidá-la, os pagamentos ficarão retidos até a regularização da situação.

9.6.8. Nenhum pagamento será feito ao CONTRATADO caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses serem refeito(s) pelo CONTRATADO de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

9.7. Do Pagamento

9.7.1. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

9.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), deverá apresentar Declaração (modelo do Anexo IV da IN RFB nº 791) juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura.

Não sendo optante, será efetuada a retenção de Impostos e Contribuições, observadas as disposições do Art. 64 da Lei 9.430/96 e Instrução Normativa SRF nº 480 de 15/12/2004, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 539, de 25/04/2005 ou outra que por ventura vier a substituí-la.

9.7.4. Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas na Divisão de Orçamento e Finanças – DOF/PCDF, localizada no SPO, Edifício Sede do Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, ou ainda pelo telefone (61) 3207-4058 ou pelo endereço eletrônico dof@pcdf.df.gov.br.

9.8. Do reajuste

9.8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contado a partir da data do orçamento estimado, em 30/03/2026.

9.8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor do contrato;

I_1 = nº índice do IPCA relativo à data em que o contrato completar o aniversário do orçamento estimado;

I_0 = nº índice do IPCA relativo à data do orçamento estimado.

9.8.2.1. Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimativo;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

9.8.2.2. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao do orçamento estimado;

I_D = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimado;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês e da data do orçamento estimado;

D_0 = nº de dias corridos do mês do orçamento estimado.

9.8.3. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último número índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à **CONTRATADA** efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com o correspondente Informativo de fundamentação dos valores utilizados.

9.8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8.8. Os reajustes de preços da presente contratação serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. Moratória para o atraso na entrega do objeto ou obrigação acessória, calculada sobre a fração inadimplida do contrato, de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia ou hora de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento). O atraso de até 10 (dez) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços da PCDF, conforme despacho fundamentado do fiscal do contrato;

10.2.4.2. No caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos e não havendo mais interesse no recebimento do objeto, o fiscal do contrato poderá requerer a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. Havendo interesse no recebimento, mesmo que em atraso superior a 45 (quarenta e cinco dias), caberá ao fiscal do contrato emitir relatório fundamentado;

10.2.4.3. Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida. O atraso de até 5 (cinco) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços da PCDF.

- a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.4. Compensatória, no caso de inexecução parcial do contrato ou retardamento da execução ou entrega do objeto, infrações descritas nas alíneas "a" e "d" do subitem 19.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre a fração inadimplida do contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços da PCDF, a multa incidirá sobre o valor total do Contrato.

10.2.4.5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.2.4.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato, infração prevista na alínea "c" do subitem 19.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços da PCDF, a multa será de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.2.4.7. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 19.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

10.2.4.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções;

10.2.4.9. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à

instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa. Havendo provimento da defesa, o valor retido será devolvido em até 10 (dez) dias úteis.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

11.2. A Divisão de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Geral da PCDF – DOF/DAG/PCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária do serviço.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica poderá ser realizado na Divisão de Arquitetura e Engenharia da PCDF, por meio do telefone (61) 3207-4700, no horário de 12h00 às 19h00.

12.3. Caso os prazos definidos no Termo de Referência não estejam expressamente indicados nas propostas, eles serão considerados como aceitos pela CONTRATADA.

12.4. Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão de obra infantil;

12.5. Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital 5.448/2015, fica proibido qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, de natureza homofóbico ou que represente

qualquer tipo de discriminação.

- 12.6. Para todos os atos praticados em decorrência deste Termo de Referência deverá sempre ser observado o horário de Brasília.
- 12.7. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.
- 12.8. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13. ANEXOS

- 13.1. ANEXO I – EQUIPAMENTOS - DESCRIÇÃO TÉCNICA E LOCAIS DE ENTREGA/MANUTENÇÃO (168816459);
- 13.2. ANEXO II – ROTINAS DE MANUTENÇÃO (168816686);
- 13.3. ANEXO III – TABELA DE PEÇAS DOS FABRICANTES/REPRESENTANTES (168817007);
- 13.4. ANEXO IV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA PREENCHIMENTO (194886868);
- 13.5. ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (168817615);
- 13.6. ANEXO VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR (168817946); e
- 13.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (149357373).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LOURENÇO DE LIMA - Matr.0226809-4, Diretor(a) Adjunto(a) Divisão de Arquitetura e Engenharia**, em 30/03/2026, às 17:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PALOMA OLIVEIRA NUNES - Matr.0231451-7, Agente de Polícia Civil**, em 30/03/2026, às 17:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149357965** código CRC= **88457DE9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO, Lote 23, conjunto A, Bloco C, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
Telefone(s): (61) 3207-4691
Site - www.pcdf.df.gov.br